

# As impossibilidades da reforma agrária brasileira<sup>1</sup>

Paulo Freire Mello<sup>2</sup>

**Resumo** – Baseados em diagnósticos de sistemas de produção de assentamentos rurais da Bahia e do Rio Grande do Sul, analisamos a produção e a renda agrícola dos beneficiários da reforma agrária brasileira. Os dados foram coletados pelas assistências técnicas locais, de 2005 a 2010, via questionários individuais e com amostragens aleatórias e amplas. Ambos os estados são representativos, pois perfazem quase um quarto de toda a agricultura familiar brasileira. A realidade constatada é cotejada com a situação geral do rural brasileiro, que conta com alta concentração de terra, produção e renda. Num típico assentamento, a maioria das famílias produz pouco e auferem baixas rendas, enquanto outra parte, por ser mais produtiva ou por monopolizar recursos públicos, auferem rendas dezenas de vezes maiores. O estudo sugere que a reforma agrária brasileira não está conseguindo alcançar seus principais objetivos: diminuir a pobreza e a desigualdade.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, desigualdade, mediadores, pobreza, renda agrícola.

## The impossibilities of the Brazilian Agrarian Reform

**Abstract** – Based on diagnosis of production systems in rural settlements of Bahia and Rio Grande do Sul, we analyze the income and agricultural production of the beneficiaries of the Brazilian agrarian reform. Data were collected by local technical assistance between 2005 and 2010, through individual questionnaires and with random and large samples. Both states are representative, because account for nearly a quarter of all Brazilian family farming. The observed reality is compared with the general situation in the Brazilian countryside, which has a high concentration of land, production and income. A typical settlement has a majority of families that produces little and earns low incomes alongside other which, being more productive or monopolizing public resources, has an income tens of times larger. We suggest the hypothesis that Brazilian agrarian reform is failing to achieve its main objectives, namely to reduce poverty and inequality.

**Keywords:** rural settlements, inequality, mediators, poverty, farm income.

<sup>1</sup> Original recebido em 30/9/2015 e aprovado em 1º/10/2015.

<sup>2</sup> Engenheiro-agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Rio Grande do Sul, doutor em desenvolvimento rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: pfreiremello@yahoo.com.br

## Introdução

O Brasil possui mais de cinco milhões de estabelecimentos rurais, 20% deles fruto de um processo recente de reforma agrária, realizada basicamente de 1995 a 2010. A alta concentração fundiária brasileira, a despeito do recente processo de reforma agrária, pouco se modificou até hoje (NAVARRO, 2009). Medida pelo índice de Gini – 0,854 para 2006 –, ela se refletiu historicamente numa desigualdade social revoltante. Por conta disso, até pouco tempo atrás a reforma agrária era a grande bandeira das esquerdas no Brasil.

O debate agrário nacional nas décadas de 1950 e 1960 contou com diversas explicações sobre a então chamada questão agrária. Genericamente, tínhamos perspectivas gravitando em torno de uma questão agrária clássica, com referência marxista, ou seja, ressaltando a irracionalidade que a renda da terra representava para a reprodução ampliada do capital, o que colocava em contradição capitalistas e proprietários de terra (MARTINS, 2003). Pontuava-se a necessidade de mudança da estrutura fundiária para a ampliação da capacidade produtiva do País, evitando possíveis desabastecimentos, graças ao comportamento inelástico quanto à oferta de alimentos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962).

Em oposição, Delfim Neto (1963), o mentor da modernização da agricultura brasileira, baseando-se em cálculos econométricos ao estilo neoclássico, não via razão num processo de divisão de terras e advogava pela modernização das grandes propriedades.

Paralelamente, a luta pela terra se desenrolou em diversos lugares, sendo emblemáticos os casos das Ligas Camponesas, no Nordeste; dos posseiros, na Amazônia; e dos atingidos por barragens, no Sul.

O debate foi “encerrado” abruptamente com o golpe de 1964, quando o País passou a, em largos passos, modernizar sua agricultura com base na então chamada revolução verde

e no clássico tripé extensão, pesquisa e crédito. Naquele mesmo ano, foi lançado o Estatuto da Terra, que definiu a estrutura governamental para a execução do projeto, ao mesmo tempo em que garantiu em seu arcabouço a possibilidade da reforma agrária. À exceção de algumas colonizações pontuais, a reforma praticamente não ocorreu até uma década depois da ditadura.

Foi o contexto em que nasceu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970. Mesmo priorizando a implantação de assentamentos, a instituição desenvolve um rol amplo de funções, sendo responsável pelo cadastro, fiscalização e georreferenciamento dos imóveis rurais e pela regularização fundiária. A importância desta última função torna-se clara se considerarmos que quase 20% dos imóveis ainda são posses e que há uma quantidade formidável de terras públicas ainda não registradas, as chamadas terras devolutas, além do reconhecimento e a delimitação dos remanescentes de quilombos, uma demanda imensa represada. Além disso, o Incra intervém na aquisição de terras por estrangeiros, tema de crescente importância<sup>3</sup>, e gerencia os assentamentos, um trabalho de proporções imensas.

A redemocratização do País, em 1985, tornou possível um recrudescimento consistente da luta pela terra, cujo ator mais importante foi, e ainda é, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nascido um ano antes, passou a organizar setores empobrecidos do rural, mediante estratégias de ação direta, e a pressionar o Incra para desapropriar terras. Mas, por diversas razões, políticas, financeiras e jurídicas, quase nada se fez até o início do Governo FHC (1995–2002).

Um determinado contexto de fortalecimento do MST e de outros “movimentos sociais”, decisão política, novo arcabouço legal e baixos preços das terras permitiram que a

<sup>3</sup> Não se trata de uma especificidade do Brasil, mas o tema é de grande relevância, como demonstra recente artigo de Hofman e Ho (2012) sobre a atuação da China nesse processo.

reforma agrária acelerasse. Mesmo depois, com a alta considerável dos preços das terras, novos assentamentos continuaram, no Governo Lula (2003–2010), até com maiores investimentos, em detrimento de outras ações.

Há vasta literatura nacional e internacional pró-reforma agrária. Diversos autores nacionais apresentam a concentração fundiária e a necessidade de regularização das posses como provas da existência de uma questão agrária. Chega-se a falar de um “consenso” em favor dela, graças ao que seriam suas inúmeras vantagens, como diminuição da pobreza, ampliação da equidade e da justiça, dinamização das economias locais e, mesmo, aumento da produtividade, cabendo somente discutir como fazê-la melhor<sup>4</sup> (BERRY, 2011; BINSWANGER-MKHIZE et al., 2009).

Argumentando que a agricultura familiar foi a base do desenvolvimento capitalista nos países centrais, Abramovay (2005) propõe reforma agrária no Brasil. Isso seria não só possível, como adequado, pois o grande número de agricultores conformaria uma concorrência perfeita, em que a adoção rápida de tecnologias levaria ao aumento da produção agrícola e ao achatamento dos preços, via lei de oferta e procura – o que permitiria que os produtos industrializados pudessem ser consumidos em escala maior. Mesmo que os lucros dos agricultores sejam rebaixados, isso seria mais bem suportado pelos familiares do que pelas empresas, que migrariam para ramos mais lucrativos da economia (ABRAMOVAY, 1992).

Além disso, Favareto e Abramovay (2011) demonstraram que as regiões tidas como essencialmente rurais – algo como 30% da população brasileira e a grande maioria do território brasilei-

ro – apresentaram resultados econômicos mais alvissareiros, colocando em dúvida a tese de que desenvolvimento é sinônimo de urbanização. Todavia, Abramovay (2005) é ciente de que atribuir ativos – terra, crédito, tecnologia – aos mais pobres deve ser acompanhado de incentivos inteligentes ou o “tiro sai pela culatra”: o problema não seria de eficiência dos agricultores, mas sim dos mecanismos de incentivos.

Martins (2003) também propõe a reforma agrária como possibilidade de se construir um “comunitarismo modernizado” aliando as virtudes camponesas – representadas por uma maior intensidade de relações de reciprocidade, geradoras de valores humanos – e de *farmers* (produtivos, eficientes) numa mesma categoria.

Encontramos também proposições coletivistas e de uma reforma agrária massiva, que tendem a enquadrar como público da reforma agrária milhões de habitantes do meio rural brasileiro que não dispõem de terra suficiente. De acordo com essa perspectiva, ainda estaríamos no prelúdio de uma verdadeira política de reforma agrária, muito mais massiva e radical<sup>5</sup>.

No período recente, o Brasil passou a vivenciar com mais intensidade um processo de amplo escopo: os constantes aumentos de produção e produtividade da agricultura brasileira das últimas décadas – contando com baixos subsídios (a partir de meados da década de 1980)<sup>6</sup>, se comparamos com a realidade dos EUA e da União Europeia – tornaram o problema do desabastecimento resolvido e alçaram o País à condição de um dos maiores produtores do planeta (NAVARRO, 2010), apesar de contar com somente 15% da população em áreas consideradas rurais<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> Entre outros argumentos pró-reforma agrária, cita-se o acesso às políticas básicas, como saúde, educação, habitação e mesmo à “cidadania” – dita genericamente. Será que para acessar tudo isso temos que fornecer uma gleba de terra agrícola às pessoas?

<sup>5</sup> Em maio de 2012, diversos intelectuais de universidades brasileiras enviaram um abaixo-assinado à presidente Dilma para que ela retomasse, com mais intensidade, a implantação de assentamentos.

<sup>6</sup> Não se desconsidera a existência de grandes devedores na agricultura brasileira e de uma espécie de subsídio de fato por meio de renegociações intermediadas pela “bancada ruralista” (SILVA, 2010).

<sup>7</sup> Ao criticar o critério adotado pelo órgão de pesquisa para separar urbano e rural, Veiga (2003) defende que o Brasil possui áreas essencialmente rurais que somam 30% da população e a maior parte do território. Mas não parece haver dúvida quanto ao crescimento da urbanização do País.

Por conta da modernização tecnológica, com ênfase no trabalho promovido pela Embrapa, a produção vem se ampliando rapidamente, ao contrário dos preços. A pesquisa, o crédito e a comercialização foram crescentemente conectados ao sistema financeiro, complexificando o acesso e ampliando os riscos (BALESTRO; LOURENÇO, 2014).

Essas mudanças colocaram a atividade rural num patamar cada vez mais competitivo, em que a administração rural eficiente passou a ser crucial, demandando vultosos investimentos financeiros e alto grau de instrução dos agricultores, ambos só alcançados por uma minoria – na Bahia, metade dos assentados é de analfabetos ou de quem não concluiu o ensino fundamental (MELLO; GOMES, 2011). Esse verdadeiro bloqueio estrutural não é, evidentemente, privilégio dos assentados.

A rápida, e atabalhoada, urbanização, *pari passu* com a modernização de parte das grandes propriedades, e de algumas pequenas, consolidou uma estrutura fundiária concentrada, de difícil modificação, quando não de forma definitiva.

Graças à insistência de velhos argumentos a respeito da questão agrária ou à elasticidade dada à noção, corremos sério risco de incorrer numa perspectiva a-histórica<sup>8</sup>. Mas, se aceitarmos o esvaziamento da questão agrária clássica, ainda restaria alcançar outras benesses prometidas pela reforma agrária: a redução da pobreza e da desigualdade por meio do incremento de trabalho e renda em parte do meio rural carente de oportunidades, especialmente no Norte e Nordeste. Resta saber se essa política daria conta do objetivo na atualidade.

Para tal intento, precisaríamos de dados sólidos sobre o desempenho dos assentamentos. Entretanto, são escassos os estudos que dão con-

ta de forma ampla de sua dimensão econômica. O mais antigo é um relatório da FAO (1992). Além de sua amostra ser pequena, a publicação já tem mais de 20 anos. O I Censo da Reforma Agrária (TODOROV, 1997) foi mais amplo, mas não contou com informações sobre produção e renda. Já Sparovek (2003) as coletou expediatamente para todos os assentamentos da época, mas por meio de informantes, não diretamente nas famílias. Por causa disso, a imprecisão e a falta de custos de produção impediram conclusões mais amplas – além de não registrar a (alta) variabilidade<sup>9</sup>.

Leite et al. (2004) avaliaram os assentamentos em diversas dimensões, chegando a referir o Valor Bruto da Produção (VBP), mas em nenhum momento apontaram como chegaram aos dados, não os apresentaram numa tabela de VBP/família/ano por assentamento (ou coisa parecida), nem por “manchas”, expressão adotada pelos autores. E, apesar da falta de números precisos sobre as rendas agrícolas, concluíram que os impactos sociais dessas áreas eram altamente positivos. Assim, até 2009, como exceção à falta de dados, cita-se um diagnóstico do programa de crédito fundiário (SPAROVEK; MAULE, 2009), que revelou rendas bastante baixas.

Diante dessa lacuna, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) encomendou um estudo de produção e renda de alguns assentamentos, em 2009, cujos resultados mostraram situação de penúria econômica, embora tenham sido pouquíssimos os assentamentos pesquisados. Não tardou para que o Incra (2010) respondesse com uma pesquisa de porte nacional referente a 2009 e coletada em 2010. Infelizmente, os dados de renda não foram divulgados, talvez pelas baixas rendas apresentadas nos dados preliminares.

Por fim, foram publicados os resultados do Censo de 2006 para os assentamentos brasilei-

<sup>8</sup> Em nível mundial, Bernstein (2011) fala da “resolução da questão agrária do capital”, graças ao funcionamento dos mercados globais e das altas produtividades. Curiosamente, quanto ao Brasil, o autor mantém cautela e alerta para um debate em curso.

<sup>9</sup> Está implícita aqui – e, de resto, na maior parte dos discursos sobre assentamentos no Brasil – uma prenoção dominante que entende um assentamento como uma “comunidade” de iguais. Essas áreas são mais bem compreendidas como arenas hierarquizadas onde facções disputam recursos públicos.

ros (MARQUES et al., 2012). Os Valores Totais da Produção (VTP) para os assentamentos se mostravam, aparentemente, bastante alvissareiros. É preciso esclarecer. Em primeiro lugar, a caracterização dos assentamentos se mostrou um grave limitante para o censo, como admitem os autores. É provável que tenham sido computados empresários altamente produtivos de perímetros irrigados, que não são assentamentos, o que explicaria a alta produção de manga na Bahia – não se tem notícia dessa cultura nos assentamentos. Segundo, estabelecimentos com produção agrícola irrisória não foram considerados rurais; portanto, não computados. Ora, grande parte deles está nessa situação (MELLO, 2015).

Terceiro, enquanto avaliamos, com VBP, o vendido e o consumo humano, o VTP computa tudo o que se produziu na área, mesmo que se trate de insumo para outro produto, o que acaba inflando os valores na comparação com o VBP – mais ainda na comparação com a Renda Agrícola (RA), que, ao abater os custos de produção, permite um cotejo mais inteligível com o custo de oportunidade da mão de obra, o salário mínimo.

Quarto, quando se deparava com lotes coletivos (ou aparentemente coletivos, ou seja, assentamentos sem demarcação concluída, fato comum), o censo os considerava como apenas um estabelecimento rural, mesmo ocupado por dezenas de famílias. Isso gerou um valor de renda irreal.

Pelas razões evocadas, essa publicação superestimou as rendas. Além disso, a comparação do VTP com o salário mínimo não foi esclarecedora. Por fim, insistir somente em médias não permite visualizar a alta variabilidade da renda.

Em suma, é grande a escassez de estudos amplos e detalhados sobre a produção e a renda dos assentados e, mais ainda, sobre a desigualdade interna. Tudo se passa como se a reforma agrária fosse justificada a priori, não necessitando de crítica. Este trabalho propõe suprir essa lacuna com base em dois diagnósticos

de renda realizados em assentamentos do Rio Grande do Sul e em outros dois na Bahia. Os assentamentos encontram enormes dificuldades de produção, fundamentalmente por uma razão estrutural, não diferente dos não assentados, mas também por conta de um processo imperfeito de implantação e por causa do surgimento de relações de dominação internamente e no espaço de mediação.

## A situação econômico-produtiva dos assentamentos brasileiros

Embora se trate de apenas dois estados do País, eles respondem por quase 25% dos estabelecimentos familiares, de modo que a amostra permite pensar processos mais amplos. Além disso, dados preliminares da pesquisa nacional do Inbra (2010) mostraram que a renda agropecuária média da Bahia se aproxima daquelas do Norte e do Nordeste. O mesmo acontece no caso do Rio Grande do Sul quanto às médias do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A título de informação, somente 10% das famílias assentadas estão no Sudeste-Sul.

No Rio Grande do Sul, a primeira pesquisa foi baseada em dados de produção de duas safras agrícolas, 2001–2002 e 2002–2003, coletados por técnicos ligados ao Inbra, mediante entrevistas estruturadas com lideranças de quase todos os assentamentos criados por esse órgão federal – há os criados pelo governo do estado, e reconhecidos pelo Inbra, que são beneficiários das mesmas políticas. As informações foram convertidas em renda bruta com base nos preços agrícolas da época.

A produção agrícola média dos assentamentos foi comparada com a das propriedades de 10 ha a 50 ha das microrregiões desses assentamentos, revelando grande similaridade (MELLO, 2007). Esse artigo foi usado na luta política para comprovar a relevância dos assentamentos, mas, na verdade, ele apenas revelou que os assentamentos são, com exceções, tão pobres quanto seu entorno. De qualquer modo, deve-se desmistificar a ideia de que os assenta-

dos são menos produtivos que os pequenos estabelecimentos do entorno e a propalada razão para isso: os assentados não seriam “verdadeiros agricultores”.

O segundo estudo partiu de um diagnóstico de sistema de produção parcialmente baseado em metodologia proposta pelo Convênio Inkra/FAO (ANÁLISE..., 1997) e mediante a aplicação de um questionário estruturado às famílias assentadas pela assistência técnica pública. Ele permitiu uma avaliação mais criteriosa das rendas agropecuárias, incluído o autoconsumo e descontados os custos de produção, para a safra 2004–2005 com uma amostra aleatória e bastante ampla, de quase 20% das famílias assentadas (MELLO; SANTOS, 2013). Além das baixas rendas, o estudo revelou grande desigualdade, regional e intra-assentamento. Apesar de se tratar de um ano ruim para todo o estado, por conta de uma seca histórica, os dados não destoaram da primeira pesquisa. Abaixo, as variáveis e as fórmulas:

Renda Agrícola ( $RA$ )<sup>10</sup> = Valor Bruto da Produção ( $VBP$ ) + mão de obra prestada em atividades agrícolas - custos de produção (depreciação, insumos, etc., exceto o custo da terra e da mão de obra familiar).

Valor Bruto da Produção ( $VBP$ ) = Preço x (quantidade vendida + quantidade consumida pelas pessoas), para cada linha de produção, incluindo agroindústria.

Renda Não Agrícola ( $RNA$ ) = artesanato, trabalhos temporários ou permanentes não agrícolas (construção civil, serviços domésticos etc.).

Outros Ingressos ( $OI$ ) = aposentadoria, benefícios, pensão, repasses de familiares, etc.

Ingressos Totais ( $IT$ ) =  $RA + RNA + OI$ .

Na Bahia, a pesquisa contou com os dados brutos da pesquisa nacional do Inkra, corrigidos pelo autor e por Mário Gomes, com base em metodologia semelhante à do Rio Grande do

Sul, mas sem registrar os custos de produção, e com amostragem estatística definida pelo Inkra de Brasília: 546 questionários aplicados em 69 assentamentos, criados de 1985 a 2008, que representavam 1,2% da população. Essa pesquisa constatou baixas rendas e alta desigualdade, regional e dentro de cada assentamento (MELLO; GOMES, 2011).

O segundo estudo na Bahia, para as safras 2008–2009 e, em alguns casos, 2009–2010, usou metodologia similar ao segundo do Rio Grande do Sul e obteve as  $RAs$ , ou seja, considerou os custos de produção (MELLO, 2015). A coleta amostral e aleatória de 14,5%, em média, garantiu um universo bem maior que o do estudo anterior, o que permitiu obter mais precisamente a produção e a renda dos assentamentos desse estado. Ali, a situação se mostrou mais preocupante ainda com relação às baixas rendas, especialmente as agrícolas, e à desigualdade – não raro, um assentamento auferia 20 vezes mais do que o vizinho.

A Tabela 1 mostra os resultados do segundo estudo no Rio Grande do Sul e do segundo na Bahia, os mais completos, de modo que podemos compará-los entre si e com os salários mínimos vigentes em épocas distintas. Em ambos os casos,  $RA$ ,  $RNA$ ,  $OI$  e  $IT$  são médios – a  $RA$  é a melhor variável para fins de comparação com outros rendimentos, pois se trata da renda líquida.

A primeira constatação é que as  $RNAs$  não são muito significativas em nenhum caso: 11% e 9% dos  $ITs$ , mas o são em situações de proximidade com centros urbanos. Segundo, os  $OIs$  são muito mais cruciais na Bahia, nada destoante de largos setores do meio rural brasileiro, onde a previdência é a principal fonte de renda. Além disso, ao que parece, a participação dos  $OIs$  está crescendo na medida em que, desde 2003, ampliaram-se os repasses de benefícios e intensificou-se o aumento do salário mínimo acima da inflação, fato que ocorre desde a década de 1990. Quer dizer, é possível que a diferença

<sup>10</sup> Semelhante à renda líquida.

**Tabela 1.** Rendas anuais dos assentados do Rio Grande do Sul (safra 2004–2005) e da Bahia (safras 2008–2009 e 2009–2010).

Variável	Rio Grande do Sul		Bahia	
	Valor (R\$)	Participação (%)	Valor (R\$)	Participação (%)
RA	3.919	66	1.442	25
RNA	623	11	539	9
OI	1.352	23	3.802	66
IT	5.894	100	5.783	100
Unidade de Trabalho Humano (UTH)	1,94		1,74	
Salário mínimo (2005 e 2009, respectivamente)	300		465	
RA esperada (13 salários/UTH) e participação percentual da RA/RA esperada	7.566	52	10.518	14

entre os dois estados quanto aos *OIs* tenha diminuído em tempos mais recentes.

Terceiro, fica patente, em ambos os casos, as baixas *RAs* – fim último de um processo de reforma agrária – na comparação com o seu custo de oportunidade, o assalariamento rural de 13 salários mínimos/ano por UTH (número de pessoas que trabalham no lote em tempo integral), sendo pior na Bahia.

Não foi considerado nos custos de produção o pagamento da terra, pois, até o momento, poucos assentamentos entraram em processo de titulação. Se fosse considerado, o quadro seria ainda mais agudo, pois, mesmo com os descontos, os valores a serem pagos, em 17 anos, buscam referências no mercado, e os preços reais crescem vertiginosamente desde 2000, aproximadamente.

As diferenças de renda entre os dois estados se inserem num processo maior de diferenciação regional, cuja discussão não cabe neste texto. Entre outros elementos, está a presença do Semiárido, com seus baixos índices pluviométricos. Ele abarca dois terços da Bahia e grande parte do Nordeste, onde há, de forma mais prevalente, extrema pobreza e desigualdade. Na

Bahia, o *VBP* dos assentados fora do Semiárido foi 50% maior que dentro dele (MELLO, 2015).

Depois da construção de tipologias – não há espaço aqui para apresentá-las –, constata-se que apesar da pequena mas diversificada produção dos assentados brasileiros, a principal estratégia produtiva é o gado de corte, produzido de forma extensiva, justamente a linha de produção menos rentável. Isso corrobora o estudo de Alves et al. (2012) a respeito das linhas de produção dos agricultores brasileiros “malsucedidos”. Tal falta de opção ocorre por diversas razões: pouca adoção de tecnologia e crédito, assistência técnica ausente ou deficiente, dificuldades mercadológicas e ambientais, questões ligadas à tradição (com sua racionalidade), etc.

O Semiárido – que abriga 1,7 milhão de estabelecimentos rurais – não é somente um empecilho à produção propriamente, por causa da falta de chuva, do dinamismo econômico e da infraestrutura, mas deve-se considerar também dificuldades para a colocação no mercado de produtos de certo modo exóticos para a maioria da população brasileira: feijão-de-corda, frutas diversas e, fundamentalmente, caprinos e ovinos – as linhas que apresentaram os melhores resultados nos assentamentos do semiárido baiano, com poucas exceções. A carne desses animais é

pouco consumida no Brasil e não possui padrão de carcaça<sup>11</sup>. Além disso, determinadas plantas da caatinga acabam conferindo gosto e aroma característicos à carne, o que afasta ainda mais o consumidor. A alternativa do biodiesel, especialmente com a mamona, cultura mais rústica, de fácil manejo (LA ROVERE et al., 2011) e de mercado praticamente irrestrito, revelou-se problemática na região por conta das secas intensas.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos na Bahia, já se comentou sobre a sua baixa correlação com a *RA*. Ressalte-se que no Semiárido isso ocorre de forma ainda mais marcante: a maior parte dos estabelecimentos tem menos de 5 ha, o que é visto com uma das razões da pobreza. Mas ali os lotes de reforma agrária tendem a girar em torno de 50 ha, sem que se registrem rendas significativamente superiores.

Nos assentamentos, a destruição ambiental não se dá tanto pela intensidade da produção, mas são significativos o desmatamento e a fabricação clandestina de carvão, resultado da falta de alternativa para obtenção de renda, da impunidade e, eventualmente, do desconhecimento da legislação. O caso amazônico já é relativamente bem conhecido. As imagens de satélite dos assentamentos – em torno da BR 163, por exemplo – mostram o tamanho do desastre. Mesmo no Rio Grande do Sul é fácil encontrar carvão clandestino (MELLO; FOCCHI, 2010), mas a situação da caatinga (bioma com o menor percentual de áreas protegidas do País) também é preocupante. O sobrepastoreio das áreas dos fundos de pasto da Bahia<sup>12</sup> pode levar à não regeneração de frutíferas nativas largamente usadas na alimentação nordestina, caso do umbu, umbu-cajá, cajá e seriguela.

O objetivo explícito do programa de reforma agrária brasileira é o desenvolvimento do campo, o que passa pelo desenvolvimento dos assentamentos. Sem querer resumir essa noção ao elemento renda<sup>13</sup>, não há dúvida de que este tende a ser um fator crucial para aquele. Assim, se as rendas se mostram irrisórias, deve-se admitir que o objetivo está longe de ser alcançado. E essa situação perdura ao longo do tempo, fato observável quando se isolam as rendas médias por grupos de idade. Mesmo com uma tendência de melhora da *RA* ao longo do tempo, especialmente depois da principal linha de crédito, o Pronaf A (MELLO; GOMES, 2011), os valores mantêm-se insuficientes.

Sem encerrar a questão, uma das constatações possíveis é que a adaptação aos ambientes e sistemas produtivos locais não é fator suficiente para o incremento da renda<sup>14</sup>. Diante da dificuldade da produção agrícola, a tendência é que os recursos governamentais acabem sendo usados somente para o consumo (eletrodomésticos, veículos, etc.) e não redundem em desenvolvimento sustentável.

Por fim, os preços altos e crescentes da terra ampliaram o custo da reforma agrária. À exceção das terras públicas, geralmente na Amazônia, as desapropriadas ou compradas devem ser pagas pelos assentados, bem como os créditos recebidos – ainda que estes tenham sido remidos recentemente. Estima-se em 220 mil reais o custo médio de um lote, 40% por conta da terra e 60% por conta de infraestrutura, operacional, assistência técnica e créditos. Apesar do baixo custo das terras da Amazônia, não é fácil encontrar um público ávido por elas e, quando se consegue, a chance de isso gerar destruição não é desprezível.

<sup>11</sup> Existem pequenas e honrosas exceções de casos bem-sucedidos de produção e comercialização desses produtos na Bahia. Por exemplo, a marca Babybode – mas não há evidências de que sejam replicáveis em escala, pelos fatores acima apontados.

<sup>12</sup> Áreas exploradas coletivamente por pequenos criadores no semiárido baiano e que, em grande parte, foram incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária. Ver Ferraro Júnior (2008).

<sup>13</sup> A noção abarca uma multiplicidade de dimensões, conforme Sen (2000), que podem, inclusive, ser adaptadas e complexificadas para diversas realidades, conformando vários indicadores (KAGEYAMA, 2005). Para uma aplicação prática aos assentamentos brasileiros, ver Sparovek (2003, 2005). Por fim, para uma análise de seus muitos adjetivos no Brasil ao longo do tempo, ver Navarro (2001).

<sup>14</sup> Na região de Bagé, RS, os assentados sofreram algumas perdas de safra até entenderem que, por conta da seca, não é viável o plantio de milho ali. Mas a opção por gado e ovelha não tirou a região da condição de uma das de menores rendas (MELLO; SANTOS, 2013).



A alta desigualdade de renda constatada em praticamente todos os assentamentos mostra uma situação ainda mais preocupante. Na Bahia, somente 4,8% das famílias conseguem obter 13 ou mais salários mínimos por pessoa/ano, mediante *RA*. Quase 68% das famílias obtêm *RA* na faixa da extrema pobreza, quer dizer, até R\$ 70,00/pessoa/mês (referência da época). Mesmo quando se consideram os *ITs*, um terço estava nesta condição (MELLO, 2015), situação homóloga à do Nordeste rural (BRASIL, 2011).

## Por que os assentamentos brasileiros não se desenvolvem?

Os processos econômicos internos aos assentamentos tendem a não ser diferentes daqueles do seu exterior. Além das dificuldades da produção – imperfeições do mercado que obrigam os pequenos produtores a comprarem mais caro e venderem mais barato, falta de assistência técnica de qualidade, infraestrutura inadequada, etc (ALVES et al., 2013) –, assistimos à intensificação do papel do salário mínimo no balizamento de estratégias produtivas ou de escape da agricultura por parte dos agricultores brasileiros, indicando a consolidação de uma sociabilidade capitalista em todo o País. A ampliação da lógica concorrencial na agricultura torna o setor inóspito àqueles agentes menos capitalizados e profissionalizados (NAVARRO, 2010) e aumenta o ingresso no mercado de trabalho, que cresceu de forma espetacular nos últimos anos. Não é sem razão que, apesar de o Incri ter assentado centenas de milhares de famílias entre os dois últimos censos agropecuários e a terra ter se desconcentrado um pouco – em 1995, havia 4.859.865 estabelecimentos rurais; e em 2006, 5.204.130)<sup>15</sup> –, o número de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos diminuiu de 17,9 milhões para 16,4 milhões (IBGE, 2009). O campo continua se esvaziando, apesar de todos os esforços em contrário.

Como um reflexo adicional, ainda que não existam estudos abrangentes, os vinte e poucos anos deste autor acompanhando assentamentos permitem afirmar que é alta a prevalência do arrendamento de terras e até da concentração de terras dentro dos assentamentos. Não raro, os pequenos fazendeiros que surgem nesse processo são as lideranças das organizações que controlam os assentamentos.

No Rio Grande do Sul, o arrendamento ocorre nos setores mais dinâmicos, especialmente arroz irrigado e soja, mas também com gado de corte. Este autor teve a oportunidade de etnografar diversos conflitos cujo mote central era o controle do arrendamento, que é proibido nessas áreas e, por conta disso, engendra-se uma série de estratégias para efetivá-lo sem que se o admita. Num caso estudado, menos de uma dúzia de produtores arrendava de centenas (MELLO, 2010).

Também nesse quesito, há consonância com o contexto mais amplo da agricultura brasileira: a par da concentração de terras, é a concentração da produção agrícola o fenômeno mais relevante. Num caso raro de classificação dos agricultores sem a preocupação de levar em conta o caráter familiar ou não dos estabelecimentos, Alves e Rocha (2010), com base no Censo Agropecuário de 2006, demonstraram que uma pequena parcela dos agricultores é responsável por quase toda a produção nacional. Traduzindo em números, 8,2% dos estabelecimentos rurais produzem aproximadamente 85% da produção; ou mesmo, desse total, 0,4% dos estabelecimentos atendem por 51% da produção, ao passo que quase 73% dos estabelecimentos (mais de 3,77 milhões) geraram pouco mais de 4% do VBP. Ressalte-se que 31% dos proprietários declararam não auferir receita nos seus estabelecimentos em 2006 (IBGE, 2009).

Uma hipótese recorrente para explicar a pobreza dos pequenos produtores brasileiros é a escassez de terra e de assistência técnica. Esse

<sup>15</sup> O último aumento constatado do número de estabelecimentos pequenos se deve, basicamente, às chácaras de lazer (HOFFMANN; NEY, 2010).

não é o caso dos assentados. Na Bahia, enquanto o conjunto da agricultura familiar possui área média de 15 ha e pouca assistência, os assentamentos de lá possuem média de 35 ha e assistência quase universal, apesar de ruim, e rendas menores (MELLO, 2015). Outro argumento é a baixa escolaridade. Ainda que seja uma variável importante, este estudo não encontrou uma alta correlação dela com o VBP nos assentamentos baianos (MELLO; GOMES, 2011).

Mesmo com a ampliação dos esforços do governo em políticas de apoio à agricultura familiar, não se está conseguindo modificar a tendência nacional de concentração da produção e esvaziamento do campo. O fenômeno não é apenas tributário de uma questão econômica *stricto sensu*, que por si já imprime intensidade. Tomam curso processos mais profundos de violência simbólica, em que, com o fim de certo *localocentrismo* os pequenos agricultores passam a vivenciar cada vez mais um sentimento de desvalor diante da unificação com o mundo urbano. Nesse contexto, para além da fuga geral dos jovens, a fuga feminina assume caráter adicional de escape da tirania patriarcal, de forma semelhante ao constatado por Bourdieu (2000) no início da modernização da agricultura francesa, quando se registrou alto índice de celibato masculino<sup>16</sup>.

Poderíamos apresentar a problemática do não desenvolvimento dos assentamentos sugerindo a existência de um bloqueio estrutural, que, logicamente, também acomete os não assentados. Entretanto, é preciso considerar também a dificuldade do Incra em implantar assentamentos e as questões relacionadas ao espaço de mediação entre o Incra e os assentados.

Começando pelo argumento mais recorrente dentro da própria burocracia do Incra

– a pretensa inaptidão dos assentados para a agricultura –, Leite et al. (2004) demonstraram que os assentados brasileiros eram efetivamente originários da agropecuária. Na Bahia, a renda dos que admitiram não ter experiência prévia em agricultura foi até maior do que daqueles que afirmaram ter (MELLO, 2015). Mesmo se considerarmos que a comparação foi entre duas rendas muito baixas, a hipótese da origem urbana não parece uma explicação convincente para as dificuldades produtivas.

Em nível institucional, considere-se que a partir de meados da década de 1990 o MST adota a prática de invasão de prédios públicos, especialmente do Incra. A partir do Governo Lula, passa-se a indicar simpatizantes da causa para ocuparem postos-chave na estrutura burocrática<sup>17</sup>.

Isso se traduz em duas situações. A primeira diz respeito à precariedade com que se implantam os assentamentos, fruto de uma gestão incipiente. A segunda é o reflexo dessas mesmas relações dentro dos assentamentos, o que gera desigualdade.

Há um crescente questionamento com relação à real eficácia e necessidade dos assentamentos. Uma profusão de investigações conta com participação ativa dos órgãos de controle (TCU, CGU e MPF, fundamentalmente) e se concentram nos desvios de recursos públicos por ONGs ligadas às agências de mediação – na evasão<sup>18</sup> (leia-se venda de lotes) e na baixa produção dos assentados.

Quanto à incompletude e à lentidão com que se implantam os assentamentos, a pesquisa nacional do Incra (2010) mostrou que muitos assentados não tinham ainda acesso ao fundamental: água potável o ano inteiro, luz com

<sup>16</sup> É necessário cuidado nas comparações com a França. Parte expressiva da literatura nacional transmuta certas discussões da França atual para o Brasil sem levar em conta diferenças abissais. É o caso da discussão sobre a nova ruralidade, espaço de amenidades e multifuncionalidade, por exemplo.

<sup>17</sup> A literatura sobre reforma agrária está repleta de análises do que se passa entre as agências de mediação e os assentados sem que se incluam as relações com os entes públicos. Este trabalho procurou superar aquelas que se atêm ao plano discursivo-ideológico (WOLFORD, 2003). É preciso atentar para a participação no “sistema” daqueles cujo discurso se mostra antissistêmico.

<sup>18</sup> A despeito do senso comum, que tende a relacionar a evasão com a falta de experiência ou de vontade de trabalhar na agricultura (MELLO, 2008), esse problema tem uma multiplicidade de razões.

qualidade mínima, habitação, estradas trafegáveis o ano inteiro, acesso a crédito e assistência técnica. Esta última, cuja qualidade é discutível<sup>19</sup>, atendia a pouco mais de um terço das famílias. Além disso, um parco controle das entradas e saídas de assentados deixa o ambiente menos propício à produção: a rotatividade média é de 30% (MELLO, 2008, 2015).

Como consequência da ineficiência governamental, um assentamento que deveria ser implantado em, digamos, dois anos, acaba demorando décadas para ser concluído. A metáfora mais adequada para visualizarmos o Incra é imaginar uma linha de montagem entupida: A “fábrica” de assentamentos simplesmente não consegue colocar no mercado seus produtos, por estarem incompletos ou defeituosos, ao passo que as agências de mediação e aliados seguem exigindo a entrada de mais matéria-prima (terra e gente). Além disso, nos últimos anos, ocorreram constantes corte de verbas, ainda que sem mudanças na gestão.

As causas profundas da ineficiência do Estado, em que o Incra é apenas um exemplo, devem ser prospectadas em sua história, quando consolidou-se um modelo de Estado definido como patrimonialista e clientelista<sup>20</sup>. Ainda que o aparecimento de uma burocracia no sentido weberiano remonte a 1930, no Brasil atual ainda assistimos à convivência de diferentes gramáticas, especialmente a clientelista e a universalista (NUNES, 1997). O que ocorre aqui pode até não ser algo de natureza diferente do caso europeu, com suas evidentes variações, mas há, no mínimo, uma diferença de grau<sup>21</sup>.

Relações padrão-cliente, numa sintonia com o que se desenrola dentro da burocracia, também desempenham papel significativo dentro dos assentamentos e, especialmente, no espaço de mediação. Aqui se torna inteligível como um assentamento, mesmo sendo, teoricamente, palco de políticas igualitárias, acaba gerando ou mantendo tanta desigualdade, cuja metáfora possível é o *Ensaio sobre a Cegueira*, de Saramago, onde situações de dominação interna são engendradas graças à ausência, ou mau uso, da autoridade pública<sup>22</sup>, fato constatado empiricamente (MELLO, 2008, 2010, 2012). Mais do que não combater a pobreza, a incompreensão dos processos sociais internos e das tensões entre mediadores e mediados (CORADINI, 2010) pode estar intensificando processos de diferenciação social, inclusive por meio da reprodução de relações de dependência, conformando empecilho ao desenvolvimento (GRAZIANO, 1975). A sua não observância é apontada como uma das causas da ineficiência quase generalizada dos programas de desenvolvimento rural em todo o mundo (CERNEA, 1997; DAS GUPTA et al., 2000). Portanto, não é sem razão a relevância do tema do desenvolvimento rural na agricultura (PRETTY et al., 2010).

## Considerações finais

Poder-se-ia “culpar” a (verdadeiramente) má reforma agrária desenvolvida pelo Incra, mas, como vimos, a situação de pobreza e de concentração de renda se repete também fora dos assentamentos, onde uma pequena elite – por vezes, sob regime familiar – muito produtiva<sup>23</sup> convive ao lado de uma maioria improdutiva e

<sup>19</sup> Constatando que mais da metade dos estabelecimentos rurais terminaram 2006 no “vermelho”, Alves et al. (2012) sugerem reformular a extensão rural, enfatizando a administração rural.

<sup>20</sup> A discussão não cabe aqui, mas pode ser alcançada em Mello (2010, 2012).

<sup>21</sup> Até mesmo na França é possível apontar a existência de relações de dependência e trocas pessoais no seio da burocracia estatal, ainda que com uma fachada meritocrática (JOBERT; MULLER, 1987).

<sup>22</sup> É possível uma analogia com espaços em que a autoridade pública (polícia, justiça, assistência social) é desacreditada, como nas favelas do Rio de Janeiro, geralmente submetidas à ação de organizações filantrópicas (empresas do bem-fazer), como pentecostais, políticos em campanha eleitoral e mesmo traficantes, ora em concorrência, ora em aliança (GOIRAND, 1999).

<sup>23</sup> O que, de fato, não difere da realidade norte-americana e, mesmo, europeia (PEDROSO, 2014), guardadas as proporções quanto ao nível de renda média e à infraestrutura no campo, por exemplo.

pobre. Lidar com isso é tarefa mais ampla, que extrapola a reforma agrária. Apenas como exemplo, é sabido que uma das maiores demandas do agronegócio brasileiro é o investimento em infraestrutura e logística. Multipliquem-se tais carências, incluindo a falta de serviços sociais, quando pensamos na realidade do Norte e Nordeste – sobretudo no Semiárido –, cuja solução demanda um nível de investimento altíssimo, nada que se resolva em prazos razoáveis.

Numa situação em que o sistema expulsa os pequenos agricultores do campo e o Estado, apesar dos avanços recentes, não reúne forças para conter a fuga nem para viabilizar financeiramente a pequena produção, será a custosa e ineficiente destinação de terras a melhor forma de mudar esse quadro?

Na França, década de 1960, o estado apoiou a modernização de jovens agricultores proprietários de áreas médias e, em paralelo, ofereceu condições financeiras e de capacitação para evitar que outros deixassem a terra (MULLER, 1984), pois seus dirigentes compreenderam que o momento histórico exigia algo novo. Como no Brasil de hoje.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P. M. (Org.). **Economia brasileira: perspectivas do desenvolvimento**. São Paulo: CAVC, 2005. p. 355-375.

ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S. e; GOMES, E. G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-290.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; ROCHA, D. de P. Lucratividade da agricultura. **Revista de Política Agrícola**, ano 21, n. 2, p. 45-63, abr./mai./jun. 2012.

ANÁLISE diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico. Brasília: Incra, 1997. Convênio INCRA/FAO.

BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das *commodities*. In: BUANAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 241-265.

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 52-81, maio/ago. 2011.

BERRY, A. The case for redistributive land reform in developing countries. **Development and Change**, n. 42, v. 2, p. 637-648, Mar. 2011.

BINSWANGER-MKHIZE, H. P.; BOURGUIGNON, C.; BRINK, R. van den. Introduction and summary. In: BINSWANGER-MKHIZE, H. P.; BOURGUIGNON, C.; BRINK, R. van den (Org.). **Agricultural land redistribution: toward greater consensus**. Washington, DC: World Bank. 2009. p. 3-42.

BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: BOURDIEU, P. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. São Paulo: Ed. Papius, 2000. p. 93-119.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota MDS: o perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/arquivos/11.05.02\\_Nota\\_Tecnica\\_Perfil\\_A.doc](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/arquivos/11.05.02_Nota_Tecnica_Perfil_A.doc)>. Acesso em: 16 maio 2011.

CERNEA, M. M. (Coord.). **Primero la gente: variables sociológicas en el desarrollo rural**. Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica, 1997.

CORADINI, O. L. Recursos de origem, investimentos e expectativas de retribuição na militância no MST. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 19, n. 3, p. 445-473, 2010.

DAS GUPTA, M.; GRANDVOINET, H.; ROMANI, M. **State-community synergies in development: laying the basis for collective action**. Washington, DC: World Bank, 2000. (World bank policy research working paper, 2439).

DELFIN NETO, A. **Problemas econômicos da agricultura brasileira**. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1963. (Boletim, 46. Cadeira 25).

FAO. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Rio de Janeiro: FAO: PNUD, 1992.

FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R. Contrastes territoriais dos indicadores de renda, pobreza monetária e desigualdade no Brasil da década de noventa. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 39-83, 2011.

- FERRARO JÚNIOR, L. A. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável**: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia. 2008. 459 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- GOIRAND, C. “Philanthropes” em concurrence dans les favelas de Rio. **Critique Internationale**, n. 4, p. 155-167, 1999.
- GRAZIANO, L. **A conceptual framework for the study of clientelism**. Ithaca: Cornell University, 1975.
- HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 5-64.
- HOFMAN, I.; HO, P. China’s ‘Developmental Outsourcing’: a critical examination of Chinese global ‘land grabs’ discourse. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012. DOI: 10.1080/03066150.2011.653109.
- IBGE. **Censo agropecuário 2006**: agricultura familiar – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm)>. Acesso em: 17 maio 2011.
- INCRA. **Dados preliminares da pesquisa em assentamentos**. Brasília, DF, 2010. Arquivo digital fornecido pessoalmente pela coordenação da pesquisa.
- JOBERT, B.; MULLER, P. **L’Etat en action**: politiques publiques et corporatismes. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma análise das mesorregiões entre 2000 e 2010. In: COLÓQUIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2005, Porto Alegre. [Anais...]. Porto Alegre: GEPAD, 2005. CD-ROM.
- LA ROVERE, E. L.; PEREIRA, A. S.; SIMÕES, A. F. Biofuels and sustainable energy development in Brazil. **World Development**, v. 39, n. 6, p. 1026-1036, 2011. DOI: 10.1016/j.worlddev.2010.01.004.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRA, R. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. da UNESP, 2004. 391 p. il. (NEAD. Estudo NEAD, 6).
- MARQUES, V. P. M. de A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **O censo 2006 e a reforma agrária**: aspectos metodológicos e primeiros resultados. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.
- MARTINS, J. S. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- MELLO, P. F. **Clientelismo e brokerage na reforma agrária**: a ascensão das novas elites. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MELLO, P. F. Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo sul do Brasil. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p.595-610, set./dez. 2008. DOI: 10.1590/S0103-49792008000300012.
- MELLO, P. F. Pobreza e desigualdade nos assentamentos rurais da Bahia. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 4, p. 5-17, out./nov./dez. 2015.
- MELLO, P. F. Produção agrícola em assentamentos rurais do Rio Grande do Sul: um estudo quantitativo comparativo. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 24, n. 1/3, p. 159-197, jan/dez. 2007.
- MELLO, P. F. Reforma agrária brasileira: uma análise da *brokerage*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, ano 20, v. 2, p. 430-450, out. 2012.
- MELLO, P. F.; FOCCHI, S. de S. Alternativas à produção clandestina de carvão em assentamentos da região sul do Rio Grande do Sul. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 15, p. 185-206, jan./jun. 2010.
- MELLO, P. F.; GOMES, M. C. Reforma agrária na Bahia: o difícil caminho do desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, 6., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2011. CD ROM. Não paginado.
- MELLO, P. F.; SANTOS, A. N. dos. Sistemas de produção nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul, safra 2004-2005. **Perspectiva Econômica**, v. 9, n. 2, p. 69-82, jul./dez. 2013.
- MULLER, P. **Le technocrate et le paysan**: essai sur la politique française de modernization de l’agriculture, de 1945 à nos jours. Paris: Ouvrières, 1984.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.
- NAVARRO, Z. Expropriating land in Brazil. In: BINSWANGER-MKHIZE, H. P.; BOURGUIGNON, C.; BRINK, R. van den (Org.). **Agricultural land redistribution**: toward greater consensus. Washington, DC: World Bank. 2009. p. 267-289.
- NAVARRO, Z. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, ano 19, Edição Especial, p. 107-118, jul. 2010. Ponto de vista.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

PEDROSO, M. T. M. Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: o desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUANAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 761-792.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano trienal de desenvolvimento econômico e social, 1963-1965**: (síntese) dezembro 1962. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

PRETTY, J.; SUTHERLAND, W. J.; ASHBY, J.; AUBURN, J.; BAULCOMBE, D.; BELL, M.; BENTLEY, J.; BICKERSTETH, S.; BROWN, K.; BURKE, J.; CAMPBELL, H.; CHEN, K.; CROWLEY, E.; CRUTE, I.; DOBBELAERE, D.; EDWARDS-JONES, G.; FUNES-MONZOTE, F.; GODFRAY, H. C. J.; GRIFFON, M.; GYPMANTISIRI, P.; HADDAD, L.; HALAVATAU, S.; HERREN, H.; HOLDERNESS, M.; IZAC, A. -M.; JONES, M.; KOOHAFKAN, P.; LAL, R.; LANG, T.; MCNEELY, J.; MUELLER, A.; NISBETT, N.; NOBLE, A.; PINGALI, P.; PINTO, Y.; RABBINGE, R.; RAVINDRANATH, N. H.; ROLA, A.; ROLING, N.; SAGE, C.; SETTLE, W.; SHA, J. M.; SHIMING, L.; SIMONS, T.; SMITH, P.; STRZEPECK, K.; SWAINE, H.; TERRY, E.; TOMICH, T. P.; TOULMIN, C.; TRIGO, E.; TWOMLOW, E.; VIS, J. K.; WILSON, J.; PILGRIM, S. The top 100 questions of importance to the future of global agriculture.

**International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 8, n. 4, p. 219-236, 2010. DOI: 10.3763/ijas.2010.0534.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. G. da. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. p. 157-183.

SPAROVEK, G. (Coord.). **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

SPAROVEK, G.; MAULE, R. F. Negotiated agrarian reform in Brazil. In: BINSWANGER-MKHIZE, H. P.; BOURGUIGNON, C.; BRINK, R. van den (Org.). **Agricultural land redistribution**: toward greater consensus. Washington, DC: World Bank, 2009. p. 291-309.

TODOROV, J. C. (Coord.). **I censo da reforma agrária do Brasil**. [Brasília, DF]: INCRA: Ministério do Trabalho, [1997?].

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WOLFORD, W. Producing community: the MST and land reform settlements in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 3 n. 4, p. 500-520, out. 2003.